

BURLAMAQUI

Participações e Administração S/A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1961

Aos 25 dias do mês de novembro de 1961, às 15 horas, A Rua Capitão Salomão n. 100, nesta Capital do Estado de São Paulo, sede social da sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada — Burlamaqui — Participações e Administração Ltda., regularmente convocados, reuniram-se em assembleia geral os sócios quotistas da mesma sociedade, que vem operando nesta praça, com contrato social registrado no Registro de Títulos e Documentos desta Capital de São Paulo, Cartório Dr. Adalberto Bueno Neto, sob n. 8179 no livro A n. 4, no dia 3 de abril de 1961 e alteração registrada no mesmo Cartório, sob n. 8.894 no livro n. A-5 no dia 24 de novembro de 1961, sócios esses representando a totalidade do capital social a saber:

1. — José Burlamaqui de Andrade, brasileiro, casado, comerciante;
 2. — Cecília Pamplona de Andrade, brasileira, casada, de prendas domésticas;
 3. — José Luiz Pamplona de Andrade, brasileiro, casado, comerciante;
 4. — Márcio Munhós Filho, brasileiro, casado, advogado;
 5. — Luiz Carlos de Azevedo, brasileiro, casado, advogado;
 6. — Maria do Carmo Munhós, brasileira, casada, de prendas domésticas;
 7. — Ana Maria de Azevedo, brasileira, casada, de prendas domésticas;
 8. — Stella Maria Whitaker de Andrade, brasileira, casada, de prendas domésticas, todos residentes e domiciliados nesta Capital de São Paulo.
- Assim reunidos, aclararam presidente da assembleia, Sr. José Burlamaqui de Andrade, o qual convidou a mim, José Luiz Pamplona de Andrade, para servir como secretário, ficando assim composta a mesa.

Instalada a assembleia, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, expondo aos presentes que a assembleia tinha por objetivo discutir e deliberar sobre os atos relativos à transformação em sociedade anônima, desta sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada, que vem girando nesta Capital de São Paulo, sob a denominação de Burlamaqui — Participações e Administração Ltda., atualmente com o capital social de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), da qual todos os presentes são os seus únicos sócios, componentes, assunto esse já de conhecimento dos mesmos.

Continuando com a palavra, disse o Sr. Presidente que se a assembleia aprovar os atos de transformação aqui expostos, a sociedade anônima será regida pelos estatutos adiante transcritos, mantendo a mesma integridade e a mesma estrutura de sua antecessora, por isso conservará o mesmo capital, sócios e negócios e, com o mesmo objetivo, sem se verificar qualquer solução de continuidade.

Assim, todos os seus móveis, imóveis, dinheiro, créditos, expectativas, contratos de qualquer natureza, ações, mercadorias, marcas, patentes, e tudo mais constante da respectiva escrituração sem qualquer exceção, de que a sociedade aqui transformada é senhora, possuidora ou titular, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tudo, segundo os títulos em que assenta o seu direito quanto a ditos bens, por força desta transformação, que ora se opera, passará automaticamente, a constituir patrimônio da sociedade anônima em transformação, que se denominará:

BURLAMAQUI — PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A.

Os presentes, assim, ventilaram e discutiram esse assunto em todos os seus detalhes, aprovando a proposta de transformação da sociedade, por unanimidade, dando-se então, por reconhecidos e ratificados, os valores atribuídos ao patrimônio que lhes pertence em comum dentro da situação do ativo e passivo, dispensando-se qualquer avaliação, como faculta a Lei das Sociedades por Ações.

Atendendo ao que foi aprovado, a sociedade transformada passará a girar sob a denominação social de

BURLAMAQUI — PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A. continuando com o mesmo capital de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dividido em 250.000 (duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, mantidas as

		Cr\$
1 — José Burlamaqui de Andrade	248.000 ações, ou seja ..	248.000.000,00
2 — Cecília Pamplona de Andrade	500 ações, ou seja ..	500.000,00
3 — Maria do Carmo Munhós	250 ações, ou seja ..	250.000,00
4 — Márcio Munhós Filho	250 ações, ou seja ..	250.000,00
5 — José Luiz Pamplona de Andrade	250 ações, ou seja ..	250.000,00
6 — Stella Maria Whitaker de Andrade	250 ações, ou seja ..	250.000,00
7 — Ana Maria de Azevedo	250 ações, ou seja ..	250.000,00
8 — Luiz Carlos de Azevedo	250 ações, ou seja ..	250.000,00
Totais	250.000 ações, ou seja ..	250.000.000,00

A seguir, o Sr. Presidente mandou ler os respectivos estatutos que se encontravam sobre a mesa, cujo teor é o seguinte:

ESTATUTOS DA BURLAMAQUI — PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Fins e Duração

Art. 1.º — Sob a denominação de

BURLAMAQUI — PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A. sucessora, por transformação, para todos os efeitos de direito, de Burlamaqui — Participações e Administração Ltda., fica constituída esta sociedade anônima, que se regerá, desta data em diante, pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pelas leis vigentes que lhe forem aplicáveis.

Art. 2.º — A sociedade terá sede e fóto na Capital do Estado de São Paulo, podendo abrir e extinguir filiais, depósitos, sucursais, ou escritórios de representações em quaisquer localidades do país, por deliberação e a critério da Diretoria.

Art. 3.º — A sociedade tem por objeto: A participação em sociedades anônimas ou sociedades por quotas, de objetivo comercial, industrial, agrícola ou civil; a prestação de serviços técnicos a empresas cinematográficas, industriais, comerciais, inclusive no setor imobiliário; a administração de bens e rendas próprias e de terceiros em geral.

Art. 4.º — O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II

Do Capital e das Ações

Art. 5.º — O Capital Social é de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), dividido em 250.000 (duzentos e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, conversíveis e reconversíveis de uma forma em outra, a pedido do interessado, correndo as despesas da conversão por sua conta, sendo permitida a emissão de títulos múltiplos de ações, ou de cautelas que as representem, satisfelto os requisitos legais.

a) — Os certificados das ações, títulos múltiplos, ou cautelas, além de conterem os demais requisitos da lei, deverão ser assinados pelo Diretor Presidente e outro diretor;

b) — Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais;

c) — Os acionistas terão preferência para subscrição das novas ações no caso de aumento do Capital Social, respeitada a proporção do número de ações que já possuírem.

CAPÍTULO III

Da Administração

Art. 6.º — A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 3 (três) outros designados simplesmente Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois (2) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único — Cada diretor caucionará 10 (dez) ações da sociedade, para garantia de sua gestão, próprias ou de terceiros, valendo o ato da caução pela posse e investidura automática do cargo.

Art. 7.º — Os honorários dos diretores serão fixados pela assembleia geral.

Art. 8.º — A Diretoria compete:

a) — O exercício das atribuições e poderes que a lei e estes estatutos lhe conferem, para assegu-

rar o funcionamento regular da sociedade;

b) — Apresentar, anualmente, à Assembleia Geral Ordinária, o relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social.

Art. 9.º — Ao Diretor Presidente agindo e assinando isoladamente, compete:

a) — Representar a sociedade ativa e passivamente, perante os poderes públicos, ou particulares, em juízo ou fora dele;

b) — Convocar as assembleias gerais nas épocas oportunas;

c) — Gerir, com amplos e ilimitados poderes, todos os negócios da sociedade, superintendendo a sua administração;

d) — Exercer todas as atribuições que lhes são conferidas por lei e por estes estatutos, assinando cheques bancários, emitindo, aceitando, endossando e descontando duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, movimentando contas em bancos e realizando operações de crédito, assinando, enfim, todos e quaisquer outros documentos que impliquem em responsabilidade, relativos ao objetivo social e aos interesses da sociedade;

e) — Comprar e vender imóveis, bem como contrair empréstimos com particulares ou órgãos oficiais, tais como Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica ou Institutos oferecendo garantias reais, hipotecando, empenhando, constituindo penhor mercantil, agrícola ou industrial e, sob qualquer forma, gravar os bens móveis e imóveis, sempre no interesse da sociedade;

f) — Constituir procurador ou procuradores, no limite de suas atribuições e poderes em nome da sociedade, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar;

g) — Praticar, enfim, todos os atos que assegurem o regular funcionamento da sociedade.

Art. 10.º — Aos Diretores sem designação especial, compete:

a) — Desempenhar as funções peculiares aos seus respectivos cargos, de acordo com a prática e conhecimento de cada um;

b) — Cooperar, de modo geral, com o Diretor-Presidente, em todas as suas atribuições, zelando pelos serviços afins às seções para as quais forem designados pelo Diretor-Presidente e sob a orientação do mesmo.

Art. 11.º — O Diretor-Presidente será substituído por dois entre os três outros diretores, sempre em conjunto, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo único — No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer um dos demais diretores, o Diretor Presidente designará o substituto, se houver necessidade, servindo o designado até cessar a ausência ou o impedimento.

Art. 12.º — No caso de vaga do Diretor Presidente será imediatamente convocada uma Assembleia Geral Extraordinária que tratará da eleição do novo diretor, servindo o eleito pelo restante do mandato.

No decurso da vaga do Diretor-Presidente até a eleição do substituto, os atos de gerência que obrigarem a sociedade serão assinados pelos 3 diretores remanescentes, conjuntamente.

Parágrafo único — No caso de vaga de qualquer um dos demais diretores, o Diretor Presidente designará o substituto, que servirá até a primeira assembleia geral que se realizar, a qual decidirá sobre a eleição do Diretor efetivo, servindo o eleito até o final do mandato do substituído.

Art. 13.º — Não é permitido o uso da denominação social em documentos de favor e estranhos aos fins da sociedade.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 14.º — A sociedade terá um

Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de Suplentes, eleitos anualmente pela assembleia geral, permitida a reeleição.

Parágrafo único — As atribuições e deveres do Conselho Fiscal são definidos em lei e os seus honorários serão fixados pelas assembleias gerais que os elegerem, permitida a reeleição.

CAPÍTULO V

Das Assembleias Gerais

Art. 15.º — A assembleia geral é o órgão soberano da sociedade e tem as funções e as atribuições que lhe são conferidas por lei.

Art. 16.º — As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para os fins previstos na lei e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade e assim forem regularmente convocadas.

Art. 17.º — As assembleias gerais serão presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, por um outro Diretor aclamado no ato escolhendo o Secretário, dentre os presentes.

Art. 18.º — Cada ação dá direito a um voto, e as deliberações das assembleias gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções da lei e não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO VI

Dos Lucros, Fundos e Dividendos

Art. 19.º — No fim de cada ano social, ou seja em 31 de dezembro, será levantado o Balanço Geral da sociedade e, dos lucros verificados, depois de feitas as necessárias depreciações e amortizações, far-se-á a seguinte distribuição:

a) — 5% (cinco por cento) para a constituição do "Fundo de Reserva Legal", até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social;

b) — O saldo restante terá o destino que a Diretoria indicar, ouvido o Conselho Fiscal e com aprovação da assembleia geral.

Parágrafo único — Fica facultado o levantamento de balanços semestrais, ou em quaisquer épocas durante o exercício e, uma vez observadas as prescrições legais e estatutárias, é facultado, também distribuir-se dividendos e criar-se reservas em função dos balanços levantados, sempre "ad-referendum" da assembleia geral que tiver por finalidade apreciar as respectivas contas.

CAPÍTULO VII

Da Liquidação

Art. 20.º — A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à assembleia geral, quando esta for a forma preferida, eleger o Liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais

Art. 21.º — Os casos omissos nestes Estatutos serão regulados pelas disposições das leis em vigor, aplicáveis à espécie.

Terminada a leitura dos estatutos e cessada a discussão sobre os seus artigos e disposições, o Sr. Presidente submeteu-os à votação, tendo sido os mesmos aprovados por unanimidade.

Em seguida, o sr. Presidente expôs aos presentes que se deveria proceder à eleição dos diretores e dos membros do Conselho Fiscal para, nos termos dos estatutos ora aprovados, exercerem as suas respectivas funções no seu primeiro mandato. Submetida a escolha à votação, verificou-se que foram eleitos, por unanimidade, os seguintes senhores: Para Diretor-Presidente, o sr. José Burlamaqui de Andrade, brasileiro, casado, comerciante, residente na Capital de São Paulo e para Diretores, os srs. José Luiz Pamplona de Andrade, Márcio Munhós Filho e Luiz Carlos de Azevedo, brasileiros, casados, comerciantes e residentes nesta Capital de São Paulo. A Assembleia fixou os seguintes honorários mensais aos diretores: Diretor-Presidente Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) e para os Diretores sem designação especial, Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) a cada um.

Para membros Efetivos e Suplentes, respectivamente, do Conselho Fiscal foram eleitos: Efetivos: — os srs. Mário Pacheco, brasileiro, casado; Luiz Pamplona, brasileiro, casado e André Branda, brasileiro, casado, os dois primeiros residentes nesta Capital de São Paulo, e o último em Santos. — Suplentes — Srs. Othon Barcellos, brasileiro, casado; Antonio Francisco de Campos, brasileiro, casado e Jaime Freixo, brasileiro, casado, o primeiro residente nesta Capital de São Paulo, e os dois últimos em Santos, tendo a assembleia fixado em Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) os honorários anuais de cada um dos membros efetivos, quando no exercício do cargo.

A seguir, tendo sido observadas todas as formalidades legais, para a transformação desta sociedade, a assembleia deu por definitiva a transformação da firma Burlama-

qui — Participações e Administração Ltda., na sociedade anônima denominada

Burlamaqui — Participações e Administração S/A.

e autorizou a Diretoria a tomar todas as demais providências complementares necessárias ao seu legal funcionamento sob a forma de sociedade anônima.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como nenhum dos presentes se manifestasse, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral, da qual, passado o tempo necessário, foi lavrada esta ata que lida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada por todos os presentes.

José Burlamaqui de Andrade — Presidente
José Luiz Pamplona de Andrade — Secretário
José Burlamaqui de Andrade
José Luiz Pamplona de Andrade
Cecília Pamplona de Andrade
Márcio Munhós Filho
Luiz Carlos de Azevedo
Maria do Carmo Munhós
Ana Maria de Azevedo
Stella Maria Whitaker de Andrade

JUNTA COMERCIAL

São Paulo

Certidão

CERTIFICO que "BURLAMAQUI — PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S/A.", com sede nesta Capital, arquivou nesta Repartição sob n. 193.672, por despacho da Junta Comercial em sessão de 19 de dezembro de 1961, a ata da assembleia geral de transformação da sociedade civil por quotas de responsabilidade limitada "Burlamaqui — Participações e Administração Ltda.", em sociedade anônima sob a denominação acima mencionada, realizada em 25 de novembro de 1961, na qual vêm transcritos os estatutos sociais e demais documentos legais de sua constituição e transformação, do que dou fé. — Secretaria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, 19 de dezembro de 1961. — Eu, Geny Salla, escriturária, a escrevi, conferi e assino: a) Geny Salla. — E eu, Cleide Maria Forte, encarregada do serviço de certidões, a subscrevo e assino: — a) Cleide Maria Forte — Visto p/ Perceval Leite Britto, Secretário. a) Cleide Maria Forte. (258.583 — Cr\$ 17.750,00)

SANTANEZA

Empreendimentos Comerciais e Industriais S/A.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 8 de janeiro de 1962, às 14 horas, na sede social, à Rua Benjamin Constant, 171 — 8.º andar, conjunto 801, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) — Efeivação do aumento de capital social, aprovado em assembleia Geral Extraordinária de 17 de novembro de 1961;

b) — Alteração Parcial dos Estatutos Sociais;

c) — Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 27 de dezembro de 1961

aa) Geraldo Gomide de Mello Peixoto — Diretor-Superintendente

aa) Dr. João Baptista de Mello Peixoto Neto — Diretor-Superintendente

(259.096 — Cr\$ 2.430,00) (28-29-30)

E. P. HUMBERT DO BRASIL FORNOS ELÉTRICOS E INDUSTRIAIS S. A.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocação

São convidados os srs. Acionistas da E. P. Humbert do Brasil Fornos Elétricos e Industriais S. A. a se reunirem, na sede social, à avenida Ipiranga, n. 1248, 6.º andar conjunto 606, nesta Capital, dia 5 (cinco) de janeiro próximo, às 10 horas, a fim de, em assembleia geral extraordinária, decidirem sobre:

a) mudança da denominação social;

b) alteração parcial dos Estatutos;

c) assuntos diversos.

São Paulo, 20 de dezembro de 1961.

aa) Walter Schaefer

Walter Schaefer

Hilda Maria Schaefer

Diretora-Administrativa

Ernestina Garrone Srgr

Diretora-Secretária

(259.029 — Cr\$ 2.100,00) (28-29-30)